



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12189 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 12 - Currículo

O DESENVOLVIMENTO CURRICULAR NO ENSINO TÉCNICO INTEGRADO: desafios à Educação Profissional Tecnológica

Vanessa Palhares de Barros Vilarim - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul

Maria Palmira Carlos Alves - Universidade do Minho/Braga-Portugal

Fabiany de Cássia Tavares Silva - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: FCT

**O DESENVOLVIMENTO CURRICULAR NO ENSINO TÉCNICO INTEGRADO:
desafios à Educação Profissional Tecnológica**

Este texto apresenta pesquisa, em desenvolvimento, no âmbito do doutoramento em Ciências da Educação, Programas de Pós-graduação em Educação da UMinho e UFMS (em cotutela), que procura debater o curso técnico integrado em Mecânica, modalidade de ensino no qual o estudante realiza a formação técnica ao mesmo tempo que cursa o ensino médio, de um Instituto Federal no Brasil, a partir do papel da avaliação como propulsora da integração curricular.

Para tanto, teoricamente incursiona pelo referencial da teoria curricular (pós) crítica, na perspectiva de problematizar a tradição curricular que conecta currículo e desenvolvimento, orientado pela naturalização da avaliação em seu entendimento mais instrumental. A par disso, metodologicamente, cruzamos fontes bibliográficas e documentais. A primeira, suportando o diálogo com pesquisas que constituem a atualidade do campo do currículo, sobretudo, questionando a relação currículo, desenvolvimento e a avaliação, sobretudo as identificadas no referencial teórico anunciado. A segunda, não só na premissa de analisar os conteúdos dos dispositivos legais internos locais e nacionais voltados à proposta de ensino integrado para a Educação Profissional Tecnológica (EPT), representada pelos cursos

Técnicos Integrados, particularmente a Lei 11.741/08 que localiza a EPT de nível médio como Seção IV-A do Capítulo II – Da Educação Básica. Essa disposição no texto legal procura ressaltar a concepção de que esses cursos são da educação básica e encontram-se, portanto, no âmbito das políticas educacionais. Além disso, está colocada como seção

vinculada àquela que trata do ensino médio, Seção IV, e não como uma sexta seção, após a que trata da educação de jovens e adultos, Seção V.

A proposta de ensino integrado surge como uma inovação para a modalidade de EPT, particularmente, fomentada no rompimento da dualidade entre formação geral e profissional, mediante a integração curricular, entendida como uma teoria “preocupada em aumentar as possibilidades para a integração pessoal e social através da organização de um currículo em torno de problemas e de questões significativas, identificadas em conjunto por educadores e jovens, independentemente das linhas de demarcação das disciplinas” (BEANE, 1997, p.30).

Dito isto, nos encontramos diante de desafios curriculares, desde a integração de experiências que recorrem às vivências do indivíduo, pessoais ou sociais, para lidar com novos problemas ou situações, até considerar tais vivências na valorização de esquemas já construídos a partir de experiências de aprendizagens significativas e aproximada de novos esquemas de significação. Tal retrato incide sobre uma avaliação também integrada, reconhecida com funções de regulação e de emancipação.

Neste contexto, argumentamos, ainda que informados pelo estágio da pesquisa, sobre alguns quesitos construídos na crítica ao currículo por disciplinas, que apreende apenas os conhecimentos que refletem os interesses de uma formação voltada ao trabalho, mesmo que os conhecimentos considerados importantes sejam aqueles considerados abstratos e que não lhe dizem respeito.

O primeiro deles, o *desenvolvimento curricular*, pautado na organização de cursos cujas matrizes de tecnologias simbólicas, físicas e organizacionais, ainda se encontram associadas ao desenvolvimento de determinado produto, processo ou serviço. Lógica essa que informa o desenvolvimento dos conhecimentos científico-tecnológicos imbricados em conjuntos de tecnologias, ou eixos.

O segundo, a *organização da EPT* e, especificamente, de suas propostas curriculares, porque revela uma intencionalidade implicada na avaliação, buscando alcançar uma relação simbiótica mediada pela integração, defendida pela intencionalidade do currículo, que se volta à perspectiva de uma formação para a colaboração em detrimento da competição e da alienação.

O terceiro, e último, a *avaliação* em acordo com os pressupostos teóricos, que compõe as bases da EPT, sustentada pelo trabalho considerado característica essencial na constituição do homem em sua totalidade. Diante disto, tornada uma das dimensões do currículo problematizada pelo repensar da práxis docente, transformada, revisitada como regulação da aprendizagem, revestida da fiabilidade e da coerência fundamentam as ações pedagógicas.

Acompanhando essa problematização e revisão, partimos do suposto de que a avaliação “não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica” (CHUERI, 2008, p. 51). Tal modelo no interior uma proposta de currículo integrado intenta o abandono da classificação e da quantificação de saberes, associada a uma visão tecnicista, cujo potencial controlador tem conseqüências para a exclusão e a marginalização.

Isto porque, o confronto com a avaliação como regulação nos informa o potencial da avaliação das aprendizagens, especificamente, por se constituir como parte integrante da formação integrada, assumida como princípio educacional, implicando na superação do pragmatismo que reduz a educação a sua funcionalidade e, essa restrita à empregabilidade, como condição formativa, individual e necessária.

Por fim, a validade destes quesitos pauta-se na coerência buscada entre princípios e finalidades, que transitam entre a possibilidade de conhecer a totalidade (desenvolvimento curricular) a partir das partes (organização e avaliação na EPT), dada pela identificação de fatos ou conjunto de fatos da essência do real (IF analisado).

Palavras-chave: Currículo. Integração Curricular. Avaliação

REFERÊNCIAS

BEANE, James. A. **Integração Curricular: a concepção do núcleo da educação democrática**. Lisboa: Didática Editora, 1997.

BRASIL. **LEI Nº 11.741** de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da Educação Profissional Técnica de nível médio, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica.

CHUEIRI, Mary Stela. **Concepções sobre a Avaliação Escolar**. Estudos em Avaliação Educacional. 2008, v. 19: p. 49-64.